

Benedito Nunes, leitor de Oswald de Andrade

Benedito Nunes, reader of Oswald de Andrade

Imaculada KANGUSSU*

Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)

RESUMO: O artigo apresenta algumas das reflexões de Benedito Nunes sobre os, por ele denominados, “escritos doutrinários” de Oswald de Andrade. Dos sete escritos que Benedito Nunes comenta em “Antropofagia ao alcance de todos”, focamos principalmente nas passagens relativas aos dois manifestos poéticos de Oswald de Andrade – “Manifesto da Poesia Pau-Brasil” e “Manifesto Antropófago” – e a “O achado de Vespúcio”.

PALAVRAS-CHAVE: antropofagia, primitivismo nativo, poesia, utopia.

ABSTRACT: This article presents some reflections of Benedito Nunes about the, named by him, Oswald de Andrade’s “doctrinal writings”. From the seven writings, which Benedito Nunes has commented in “Antropofagia ao alcance de todos”, we mainly focus on the passages related to the poetics manifests of Oswald de Andrade – “Manifesto da Poesia Pau-Brasil” and “Manifesto Antropófago” – and to “O achado de Vespúcio”.

KEYWORDS: anthropophagy, native primitivism, poetry, utopia.

A primeira vez que vi o Professor Benedito Nunes foi em abril de 1993, no colóquio *Morte da Arte, Hoje*, organizado pelo Professor Rodrigo Duarte, na UFMG, em Belo Horizonte. Convidado ao colóquio, que viria a ser o primeiro de uma bem-sucedida série (ainda em curso, em vias de tornar-se balzaquiana) de colóquios bianuais em Estética, Benedito Nunes conquistou a audiência com palestra sobre “A morte da arte em Hegel”. Assim, fiquei bastante interessada quando, aluna do mestrado em 1996, vi a oferta do curso sobre “Poesia e Filosofia”, por ele ministrado, concentrado em duas semanas. A primeira aula era aberta e deixou-me encantada com as relações entre os temas, apresentadas pelo Professor Benedito Nunes em amplo espectro, incluindo desde conceitos da filosofia antiga até poéticas contemporâneas. Matriculei-me com entusiasmo, para depois cursar dez aulas concentradas no pensamento de Heidegger...

Mas havia as conversas no café. E a cultura do Pará, que para mim até então ia pouco além dos versos de Mário Faustino revelados ao mundo por Glauber Rocha,

* Professora Titular do Departamento de Filosofia da Universidade Federal de Ouro Preto. E-mail: lekangussu@gmail.com

Recebido em 22/05/2021

Aceito em: 14/10/2021

Não conseguiu firmar o nobre pacto
Entre o cosmos sangrento e a alma pura.
[...]
Gladiador defunto mas intacto
(Tanta violência, mas tanta ternura)

Benedito Nunes a abriu, elegante e poeticamente, com Age de Carvalho, Alonso Rocha, Haroldo Maranhão, Francisco Paulo Mendes, Jurandyr Bezerra, Ruy Barata, Max Martins e sua *H'era* (“amor tecido contra um muro”), entre outras. Também foram instrutivas as histórias pessoais: de quando o Padre Vaz não pode recebê-lo por estar no dia da faxina, de como sua bela esposa Sylvia aguentava seus longos períodos de concentração jogando paciência. Em suma, revelações extraclasse compensaram o curso.

Algumas décadas depois, em outro milênio, reencontrei Benedito Nunes nas letras de seu texto “Antropofagia ao alcance de todos”, que introduz “os sete escritos doutrinários” de Oswald de Andrade. Denominado *Do pau-brasil à antropofagia e às utopias*, o artigo abre o volume 6 das *Obras completas de Oswald de Andrade*, publicadas pela Civilização Brasileira em 1970. Alguns dos textos de Oswald serão relançados, no próximo ano, em quatro volumes de *Obras escolhidas*, por ocasião do centenário da Semana de 22. O texto de Benedito Nunes estará presente, ao lado de novos comentários de intérpretes atuais, e é o tema deste breve ensaio.

Primitivismo nativo

Em “Antropofagia ao alcance de todos”, Benedito Nunes revela como Oswald de Andrade desenvolve sua concepção filosófica, começando com os Manifestos poéticos até *A crise da filosofia messiânica* e *A marcha das utopias*. Apresenta-se o movimento cheio de idas e vindas, da década de 1920 à de 1940, ao longo do qual Oswald dá voz ao “primitivismo nativo”, atravessa o “lancinante divisor de águas que foi a Antropofagia”, abandona esta e repudia o primitivismo como um “sarampão antropofágico”, moléstia da qual padecem os não vacinados pelo marxismo, abraça a tradição marxista, rompe com ela em 1945 e retorna à Antropofagia, ao “canibalismo modernista”, ao “fantasma do Abaporu” (xvii) [os números entre parênteses referem-se à página, de “Antropofagia ao alcance de todos”, onde se encontra a citação].

“Primitivismo” foi um conceito polêmico, usado pelas vanguardas europeias para traduzir o afastamento de suas tradições e buscar, na simplicidade formal, possibilidades de expressão concisa. Segundo Nunes, “o primitivismo dos pintores e poetas expressionistas, dadaístas e surrealistas consistiu na expressão interior dominante, fosse através da emoção intensa, do sentimento espontâneo, fosse através da provocação do inconsciente” (xviii). O primitivismo dirige-se menos em direção à arte “primitiva” propriamente dita e mais à sensibilidade mitopoética por ela excitada, mais ao pensamento selvagem, conforme Lévi-Strauss, participante

da lógica do imaginário em oposição a pensamento domesticado e utilitário.

Conforme Nunes, o entusiasmo pela natureza da “alma primitiva” aparece cedo nos escritos de Oswald, e com bastante evidência, na assumida filiação ao conceito de “homem natural”, considerado a partir de Montaigne e Rousseau. Também na admiração pela arte africana. Em conferência na Sorbonne (“L’effort intellectuel du Brésil contemporain”, 1923), Oswald refere-se à presença, em Paris, da arte produzida na África como a de uma força étnica capaz de inflexionar a sensibilidade europeia moderna menos na direção retroativa à arte primitiva e sim, sobretudo, na do “pensamento selvagem”.

É conhecido o impacto produzido pela arte africana na Europa, no início do século passado. Quando o Benin foi tomado pelos ingleses, em 1897, milhares de esculturas em marfim e em metal foram levadas como butim para museus e coleções particulares europeias. A importância da descoberta da arte africana pelos europeus modernos já foi comparada à da cultura grega no Renascimento, tendo em vista a inflexão provocada por ambas nas visões do mundo da arte então em curso.

Ao tratar da arte africana, Oswald liga o primitivismo de natureza anímica à experiência da forma estética levada adiante pelo cubismo. Liga natureza e cultura. No “Manifesto da Poesia Pau-Brasil”, publicado em 1924, os dois pontos convergem. Tanto se valoriza, nas palavras de Nunes, “os estados brutos da alma coletiva, que são fatos culturais”, quanto “a simplificação e depuração formais que captariam a originalidade nativa subjacente a esses fatos todos” (xix). O filósofo considera que a Poesia Pau-Brasil realiza “a volta ao material” e busca a originalidade nativa nos “fatos estéticos” brasileiros. Na busca pelo “primitivismo nativo”, o Brasil se distingue da Europa, cuja inspiração “primitiva” vinha de outro continente, do africano. No “Manifesto da Poesia Pau-Brasil”, Oswald salienta que, no Brasil, “a poesia existe nos fatos” (Andrade 1970, p.5).¹ O poeta considera como “fatos estéticos”, por exemplo, os contrastes das cores verde e ocre da favela sob o céu azul, o carnaval, a riqueza vegetal, a rica formação étnica, “o vatapá, o ouro e a dança”. E, com alguma ironia, “a riqueza dos bailes e das frases feitas”, “o lado doutor, o lado citações”, o “falar difícil”. Encontrar a originalidade brasileira nos fatos estéticos implica voltar ao material primitivo, pois, conforme salienta o Manifesto, “eruditamos tudo. Esquecemos o gavião de penacho”.

A expressão moderna dos fatos estéticos é sintética, tanto nas artes visuais quanto nos textos – tanto na pintura de Tarsila, quanto nos Manifestos do próprio Oswald. O barroquismo da cultura e a exuberância da natureza encontram-se depuradas e sintetizadas nas formas concisas da poesia Pau-Brasil. Conforme Nunes, “a perspectiva definida pelo Manifesto – sentimental, intelectual, irônica e ingênua ao mesmo tempo – é um modo de sentir e conceber a realidade, depurando e simplificando os fatos da cultura brasileira sobre que incide” (p.xx). É proposta

¹ O “Manifesto da Poesia Pau-Brasil” foi publicado primeiramente no jornal *Correio da Manhã*, em 18/3/1924. São da mesma página as citações seguintes.

uma nova perspectiva – “ver com olhos livres”, transitar entre a escola, a floresta, o museu – na apreciação do tema.

Ver o Brasil com olhos livres significa perceber a poesia nos fatos materiais, cuja valorização poética foi interdita pelas elites intelectuais. Conforme observa Benedito Nunes, “nasce daí a teoria já crítica da cultura brasileira, focalizando a oposição, que foi um dos móveis da dialética do Modernismo, entre o seu arcabouço intelectual de origem europeia [...] e o amálgama de culturas primitivas, como a do índio e a do escravo negro” (p.xxi). O idealismo “doutor” da camada ilustrada e o amálgama primitivo da sabedoria popular podem servir de matéria básica para encontrar a originalidade nativa recalcada e fazer desta o motor de novas formas de expressão. O processo de retomar – sob o arcabouço intelectual das elites cultivadas, no bacharelismo e na mania de citação, humoristicamente decompostos – a poesia que existe nos fatos materiais cria, conforme registra Nunes, uma “verdadeira práxis social revolucionária”, a prática culta da vida, “sem as lentes doutorais que deformam, sem o *parti pris* dos hábitos da camada intelectual” (p.xxiii).

O propósito expresso do “Manifesto da Poesia Pau-Brasil” é unir o primitivismo nativo – entendido como recuo tático aos valores que as elites ilustradas comprometeram, aos valores alógicos e anárquicos da imaginação primitiva e do pensamento selvagem – à cultura intelectual renovada da modernidade, da qual o poeta participa através do diálogo com seus pares europeus. As expressões consequentes a esse programa são mais do que especiarias estéticas exóticas: ócio, liberdade sexual, vida edênica, “transformam-se em valores prospectivos, que ligam a originalidade nativa aos componentes mágicos, instintivos e irracionais da existência humana, ao *pensamento selvagem* portanto, em torno do qual gravitou a tendência primitivista das correntes de vanguarda que Oswald de Andrade assimilou” (p.xxiv).

“Ágil e cândida. Como uma criança”, diz o “Manifesto da Poesia Pau-Brasil”, “a poesia anda oculta nos cipós maliciosos da sabedoria”. E propõe, “contra o gabinetismo, a prática culta da vida [...] A língua sem arcaísmos, sem erudição. Natural e neológica. A contribuição milionária de todos os erros” (Andrade 1970, p.7). Contra a “morbidez romântica”, a síntese; contra as cópias, a invenção e a surpresa.

A prática culta da vida é um método de criação proposto para configurar a práxis da existência. Mais do que uma proposta estética, o “Manifesto da Poesia Pau-Brasil” traz uma nova perspectiva, de ordem “sentimental, intelectual, irônica, ingênua”. Uma recusa à mera cópia, auxiliada pelo “contrapeso da originalidade nativa”, apta a tornar-nos, em nativa versão oracular,

apenas brasileiros de nossa época. O necessário de química de mecânica, de economia e de balística. Tudo digerido. Sem meeting cultural. Práticos, experimentais. Poetas. Sem reminiscências livrescas. Sem comparações de apoio. Sem pesquisa etimológica. Sem ontologia. Bárbaros, crédulos, pitorescos e meigos. Leitores de jornais. Pau-Brasil. A floresta e a escola. O Museu Nacional. A cozinha, o minério e a dança. A vegetação. Pau-Brasil. (Andrade 1970, p.10)

Antropofagia

Quatro anos depois do “Manifesto da Poesia Pau-Brasil”, Oswald lança o “Manifesto antropófago”, onde propõe “a unificação de todas as revoltas eficazes na direção do homem”, feito a ser realizado pela “revolução Carahiba” (Andrade 1928, p.7), explicitamente filiada ao conceito de homem natural de Montaigne e Rosseau. Caraíba é um termo bastante ambíguo. Na língua tupi, *kara’iva*, significa coisa benta, sagrada, divina, e era a designação que os índios davam a seus feiticeiros, xamãs, profetas, depois estendida aos brancos. Por outro lado, por parte dos europeus, caraíba designava tanto a família linguística à qual pertenciam diversas das tribos indígenas brasileiras, quanto o povo habitante da América Central, na região próxima do hoje chamado Caribe.² Ao apropriar-se do termo *carahiba* para nomear a revolução proposta, Oswald une o modo como os índios percebiam seus pajés e depois os brancos, com o modo como estes viam os índios. Tem-se então a visão europeia relativa aos índios aliada à visão que os indígenas tinham dos homens sagrados e dos europeus, em uma superação da via de mão única, ainda hoje predominante, onde a perspectiva da Europa oblitera a indígena.

Vale perceber a rica duplicidade da proposta, explicitamente filiada ao humanismo francês e fortemente influenciada pelo convívio de Oswald com as vanguardas europeias do início do século XX: a revolução caraíba une a emergência do impulso original, de unificar “todas as revoltas eficazes na direção do homem”, com a recepção e interpretação deste pelos artistas europeus, isto é, com um produto importado, elaborado por estrangeiros, sob o invólucro de uma forma histórica diferente da nossa.

O título do manifesto mereceu inspirada interpretação de Benedito Nunes, segundo a qual o termo “antropofagia” é um “símbolo cruento, misto de insulto e sacrilégio”, “um vocábulo catalisador, reativo e elástico”, utilizado “como pedra de escândalo” pelo seu “poder de choque”, visando “ferir a imaginação do leitor” com a rememoração do canibalismo. “Imagem obsedante, cheia de ressonâncias mágicas e sacrificiais, com um *background* de anedotas de almanaque, mas também com uma aura soturna e saturniana, tal palavra funciona como um engenho verbal ofensivo” (p. xxv). Lembramos que um dos primeiros – e talvez o mais marcante – antropófago na literatura foi o homérico Cíclope (do grego “circular”, “incontornável”) Polifemo, nas palavras de Michel Serres, “o que fala muito”, “aquele de quem se fala em todo lugar”, “ilustre e fértil em argumentos” (Serres 1991, p.110).

Conforme Benedito Nunes, o recurso ao termo “antropófago”, no *Manifesto*, pode ser

² “O tupi *kara’iva* relaciona-se etimologicamente com o etnônimo caribe, designação que os europeus do século XVI davam aos indígenas de vários grupos étnicos das Antilhas, da América Central e do extremo norte da América do Sul. Nos idiomas dos grupos caribe e aruaque, o termo caribe traduzia-se por ‘homem valente, corajoso’.” CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário histórico das palavras portuguesas de origem tupi*. São Paulo: Melhoramentos, 1978; p.103. Cf. verbete “caraíba” em FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996.

interpretado como resposta política e poética à agressão física perpetuada por um inimigo proteico, cujas múltiplas faces aparecem no repressivo aparato colonial, na sociedade patriarcal com seus padrões morais e esperanças messiânicas, na retórica da classe intelectual curvada ao estrangeiro e imitando a metrópole, no romantismo indianista que sublima as frustrações do colonizado. Símbolo da devoração (dev-oração?), assinala Nunes, a antropofagia é uma proposta orgânica – inspirada pela cerimônia dos tupis na qual devorar o inimigo implicava considerar o seu valor – capaz de englobar, em um movimento que pode ser comparado à *Aufhebung* hegeliana, “tudo quanto deveríamos repudiar, assimilar e superar para a conquista de nossa autonomia intelectual” (p.xxvi). Em uma denominada “metafísica bárbara”, Benedito Nunes considera a Antropofagia como *metáfora*, *diagnóstico*, *terapêutica* simultaneamente. Uma *metáfora orgânica* capaz de repudiar, assimilar e superar o inimigo; um *diagnóstico* da sociedade brasileira modelada pela repressão colonizadora que condicionou seu desenvolvimento; e uma *terapêutica* realizada através da reação violenta, contra os mecanismos e os hábitos responsáveis pelas instâncias históricas censoras, e através da catarse imaginária que libera e utiliza o procedimento antropofágico recalcado. Segundo Nunes, “Antropofagia” transforma-se em uma “palavra-guia” – como a palavra “dada” – nascida “da necessidade de independência” (p.xxvi).

O pensamento antropofágico mastiga, tritura, devora: pratica a deglutição intelectual. Nós, “filhos do sol, mãe dos viventes. Encontrados e amados ferozmente, com toda hipocrisia da saudade, pelos immigrados, pelos traficados e pelos touristes. No paiz da cobra grande”, diz o Manifesto, “queremos a revolução Carahiba. Maior que a revolução Francesa. A unificação de todas as revoltas eficazes na direção do homem. Sem nós a Europa não teria sequer a sua pobre declaração de direitos dos homens” (Andrade 1928, p.3).

No “Manifesto antropófago”, a sociedade brasileira surge através da oposição entre catequese e poder da corte de um lado, e estado de natureza de outro. Nesse embate, considera Nunes, apesar da aparente vitória da “cultura”, “o paganismo tupi e africano subsiste como religião natural na alma dos convertidos, de cujo substrato inconsciente faz parte o antigo direito de vingança na antiga sociedade tribal” (p. xxvii). Sob o verniz das instituições importadas, ficaram vivas a política e a economia primitivas, por baixo dos ouropéis da arte, as fantasias indígenas – que já eram surrealistas *avant la lettre*... No *Manifesto*, os mitos primitivos são tirados das reservas mnemônicas da imaginação e atirados satiricamente contra os emblemas da cultura “oficial”. Sol, Cobra Grande, Jaboti, devoram Vieira, Anchieta, Goethe, em um rito antropofágico, capaz de transformar o tabu em totem trazendo à tona os recalques realizados pelos colonizadores, e de abrir a consciência coletiva às fantasias presentes nos arquétipos do pensamento selvagem, às visões da vida paradisíaca: “Contra a realidade social, vestida e opressora, cadastrada por Freud – a realidade sem complexos, sem loucura, sem prostituições e sem penitenciárias” (Andrade 1928, p.7). No ato vingativo de reintegração de posse, a

retomada do impulso antropofágico cristaliza, como *leit Motiv*, a imagem da autonomia e da altivez dos índios no conceito de “homem natural”. Nas palavras de Benedito Nunes, que valem a longa citação, o “antropófago” aparece aparentado ao

primitivo socializado de Rousseau, no *Discours sur l'origine et les fondements de l'inégalité parmi les hommes*, que conseguira viver num estado de equilíbrio, entre Cultura e Natureza, na fimbria da sociedade política nascente, onde piedade e amor próprio se contrabalançavam [...] vem desse lócus indeterminado da sociedade nascente, o potencial revolucionário da existência primitiva concebida por Oswald, potencial antecipado pela sua visão poética pau-brasil em torno das sugestões edênicas da terra nova, que vão constituir, delineando as possibilidades futuras, os valores essenciais de uma utopia a realizar. (p.xxxix)

Oswald não ficou imune ao fascínio que a palavra “canibalismo” exercia sobre alguns participantes do surrealismo. E nas palavras de um europeu, “quando um costume exótico nos cativa, a despeito (ou por causa) de sua aparente singularidade, é que, geralmente, ele nos apresenta, como um espelho deformante, uma imagem familiar e que nós reconhecemos, confusamente, como tal, sem conseguir ainda identificá-la” (Lévi-Strauss 1966, p.275). A expressão foi usada, entre outros, por Picabia, na revista *Cannibale*, e por Dali em *L'âne pourri*. Entretanto, os modernistas brasileiros preferem o termo “antropófago”, e com um caráter distinto: menos como um fascínio pelo exótico, e mais como reconhecimento de uma realidade própria. O que para o artista europeu era exotismo, para o brasileiro era introspecção.

Utopia, com valor prospectivo

Em época de devoração, encontra-se a proposta de um novo *cultural hero*, cujo estofo é o homem natural aliado ao homem moderno “tecnizado” e desnudado pela psicanálise, cujo motor encontra-se no horizonte da utopia e cujo projeto é iluminar o centro a partir da periferia marginal. A filosofia antropofágica “faz da utopia, ‘sinal de inconformação e prenúncio de revolta’, o sentido prospectivo da existência humana em sua totalidade”, escreve Nunes, “princípio e fim, no pensamento oswaldiano, a utopia forma o espaço transhistórico, onde se projetam ‘todas as revoltas eficazes na direção do homem’ – também espaço ontológico entre o que somos e o que seremos” (p.lii).

A revolução industrial pode possibilitar o caráter universal da cultura, através da libertação de qualquer centro privilegiado de produção e irradiação de experiências, registra Nunes, e “a poesia consequente a esse programa deixaria de ser a matéria-prima do exotismo, uma especiaria estética destinada a temperar o gosto do europeu num mundo já dividido em províncias” (p.xxiii).

Autopia parece sedimentada na história do Brasil. Depois do chamado “descobrimento”, foram diversas as narrativas com alusões teológicas aos territórios encontrados como sendo o próprio Éden na terra. O português Rui Pereira escreveu, em carta de 1560, que quem quisesse

viver no paraíso terreno só poderia viver no Brasil. Pero de Magalhães Gandavo, Fernão Cardim, Gabriel Soares de Sousa, também ficaram encantados com o exuberante cenário tropical e apresentaram-no como um território abençoado pela divina providência.³ De acordo com Benedito Nunes, “colhe-se em Gandavo a impressão de hospitalidade da terra maternal, ‘que a todos agasalha e convida’, o sentimento de uma existência calma e ociosa como a de certo animal ‘a que chamam Preguiça’, e em que todos têm remédio de vida” (p. xxiii). Nos relatos de Frei Manoel Callado, também há sugestões paradisíacas: “tudo são delícias/ não parece essa terra senão um retrato / do terreal paraíso” (p. xxiv). Entre 1645 e 1650, Antonio Léon Pinelo produziu um luxuriante tratado no qual localizou o Éden bem no coração da América do Sul. Simão de Vasconcelos, nas “Notícias curiosas e necessárias sobre coisas do Brasil”, publicadas na *Crônica da Companhia de Jesus*, em 1663, desenvolveu a teoria de que o horto adâmico localizava-se no Brasil. O último a localizar a mística topografia edênica no país parece ter sido Pedro de Rates Henequim. Grande parte da atividade colonial permaneceu intimamente ligada a padrões descritivos de uma geografia fictícia. E a aura fantasiosa que envolve o Brasil permanece viva mesmo na ciência moderna: “não foi por pura objetividade racionalista que a botânica de Lineu rebatizou a bananeira com a melodiosa nomenclatura de *Musa Paradisiaca*” (Gomes 1997, p.137).⁴

Considerada como a certidão de nascimento do país, a famosa carta de “achamento do Brasil”, relato de Pero Vaz de Caminha a Dom Manuel I, rei de Portugal, descreve o encontro do português com o índio, em um porto seguro, com todos os indícios do Paraíso. O significado singular do encontro descrito reside no entrelaçamento da construção imaginária do lugar utópico, presente na cartografia quimérica, com a experiência real de uma terra de natureza pródiga, beleza exuberante, habitada por um povo que parecia viver em uma situação de harmonia edênica. As aparências da terra encontrada confirmavam a fantasia da existência de uma região onde a vida era paradisíaca e distante dos constrangimentos do mundo dito civilizado. Bastante afastada da pura objetividade, a descrição da chegada dos navegantes portugueses às terras brasileiras é carregada de ajuizamento positivo sobre estas. Nas palavras de Caminha, os índios entregavam facilmente suas armas e andavam muito mais seguros entre os portugueses do que vice-versa. Índios são rijos, nédios, limpos, gordos e formosos. Quanto à terra, “em tal maneira é graciosa que, querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo por bem”, prossegue o escrivão, “mas o melhor fruto que nela se pode fazer parece que será salvar esta gente” (Caminha 1974, p.83).

O desejo paradoxal de salvar o povo que vivia em estado considerado paradisíaco merece

³ Cf. GANDAVO, Pero de Magalhães. *A primeira história do Brasil. História da província de Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 2004. CARDIM, Fernão. *Tratados da terra e da gente do Brasil*. São Paulo: Hedra, 2009. SOUSA, Gabriel Soares de. *Tratado descritivo do Brasil em 1587*. São Paulo: Hedra, 2010.

⁴ Cf. CASCUDO, Luis da Câmara. *Dicionário o folclore brasileiro*. Rio de Janeiro: Ediouro, s/d.; p.133.

o irônico comentário de Oswald de Andrade, segundo o qual o escrivão de Cabral trazia, imbuído na cabeça, todo o mofo medieval das concepções teológicas e universitárias. E gritava exasperado a Dom Manuel: ‘em primeiro lugar é preciso salvar essa gente!’ Salvar queria dizer vestir, por sapatões e chapéus e, além de tudo, obedecer ao conquistador branco. Não sem razão, um poeta modernista escreveu:

Quando o português chegou
Debaixo duma bruta chuva
Vestiu o índio
Que pena!
Fosse uma manhã de sol
O índio teria despido
O português”. (Andrade 1970, p.214)

Na visão poética de Oswald, de acordo com Nunes, “os tópicos do exotismo, tais como o ócio, a comunhão fraterna, a sociedade dadivosa, a liberdade sexual e a vida edênica transformam-se em valores prospectivos” (p.xxiv). Esses valores ligam a originalidade nativa do Brasil aos componentes instintivos, irracionais e mesmo mágicos da existência, ao pensamento selvagem, assimilado por Oswald, segundo a perspectiva de Benedito Nunes. Na visão do próprio Oswald, o século XX debatia-se por não ter levado às últimas consequências a presença de sua “alma primitiva”: “evidentemente o que eu quero não é o retorno à taba e sim o primitivo tecnizado”.⁵

A utopia é princípio e fim do pensamento oswaldiano, considera Nunes, autor da bela incitação à leitura de Oswald, com a qual fechamos essas breves considerações:

Não busque porém o leitor no pensamento de Oswald de Andrade a latitude do discurso reflexivo-crítico, a delimitação cuidadosa de problemas e pressupostos, nem “essas longas cadeias de raciocínio” que caracterizam a filosofia *stritu sensu*. Busque, isto sim, a cadeia das imagens que ligam a intuição poética densa à conceituação filosófica esquematizada, aquém de qualquer sistema e um pouco além da criação artística. E, sem confundir seriedade com sisudez, aceite que o tempero da sátira tenha entrado em altas doses neste banquete antropofágico de ideias. (p.liii)

Referências

ANDRADE, Oswald. “O achado de Vespúcio”, em **Do pau-brasil à antropofagia e às utopias**. Obras completas, volume 6. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

ANDRADE, Oswald. “Manifesto Antropofago”, em **Revista de Antropofagia**. Anno 1 – Numero 1. São Paulo, maio, 1928.

ANDRADE, Oswald. “Manifesto da Poesia Pau-Brasil”, em **Do pau-brasil à**

⁵ ANDRADE, Oswald. “Livro de convalescença”. Caderno manuscrito a lápis, datado 1954. Fundo Oswald de Andrade, Centro de Documentação Cultural Alexandre Eulálio (CEDAE), Unicamp. *Apud AZEVEDO, Beatriz. Antropofagia – palimpsesto selvagem*. São Paulo: Cosac Naify, 2016; p.55.

- antropofagia e às utopias.** Obras completas, volume 6. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.
- AZEVEDO, Beatriz. **Antropofagia – palimpsesto selvagem.** São Paulo: Cosac Naify, 2016.
- CAMINHA, Pero Vaz de. **Carta a el-rei d.Manuel sobre o achamento do Brasil.** Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1974.
- CARDIM, Fernão. **Tratados da terra e da gente do Brasil.** São Paulo: Hedra, 2009.
- CASCUDO, Luis da Câmara. **Dicionário o folclore brasileiro.** Rio de Janeiro: Ediouro, s/d.
- CUNHA, Antônio Geraldo da. **Dicionário histórico das palavras portuguesas de origem tupi.** São Paulo: Melhoramentos, 1978.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário da língua portuguesa.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996.
- GANDAVO, Pero de Magalhães. **A primeira história do Brasil. História da província de Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil.** Rio de Janeiro: Zahar, 2004.
- GOMES, Plínio Freire. **Um herege vai ao Paraíso. Cosmologia de um ex-condenado pela Inquisição.** São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. **O pensamento selvagem.** Trad. Maria Celeste da Costa e Souza e Almir de Oliveira Aguiar. São Paulo: Ed. Nacional, 1966.
- NUNES, Benedito. “Antropofagia ao alcance de todos” em ANDRADE, Oswald de. **Do pau-brasil à antropofagia e às utopias.** Obras completas, volume 6. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.
- NUNES, Benedito. **Oswald canibal.** São Paulo: Perspectiva, 1979.
- SERRES, Michel. **Le tiers-instruit.** Paris: François Bourin, 1991.
- SOUSA, Gabriel Soares de. **Tratado descritivo do Brasil em 1587.** São Paulo: Hedra, 2010.